

Práticas pedagógicas na região de fronteira: uma olhar a partir de escolas de Ponta Porã

*Maria Luzia da Silva Santana**
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo

O presente artigo tem como objetivo descrever a inserção pedagógica de estudantes brasiguaios, oriundos de Pedro Juan Caballero-PY, nas escolas em Ponta Porã-BR. Para atender a isso, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o Programa de Escolas Bilíngues de Fronteira - PEBF e as práticas pedagógicas realizadas em Ponta Porã-BR com estudantes brasiguaios, oriundos de Pedro Juan Caballero-PY. A exclusão e violência permeiam a educação na região de fronteira, incluindo escolas de Ponta Porã que precisam de um olhar sensível com vistas na prática pedagógica inclusiva. Observa-se o preconceito no contexto escolar, tanto por parte de profissionais quanto de estudantes brasileiros direcionados aos brasiguaios, assim as escolas têm o desafio de incluí-lo, para isso é preciso ressignificar as relações entre estudante e professor e estudante e estudante.

PALAVRAS-CHAVE: Estudantes brasiguaios; Prática pedagógica; Preconceito.

Pedagogical practices in the border region: A look from Ponta Porã schools

Abstract This article aims to describe the pedagogical integration of brasiguaios students, coming from Pedro Juan Caballero-PY in schools in Ponta Pora-BR. To meet this, we performed a literature on the Bilingual Schools Program Frontier - PEBF and pedagogical practices held in Ponta Pora-BR with brasiguaios students, coming from Pedro Juan Caballero-PY. The exclusion and violence pervade education in the border region, including Ponta Pora schools who need a sensitive look seen in inclusive classroom. Observation is prejudice in the school context, both by professionals as of brasiguaios students directed to brasiguaios, so schools are challenged to include it, for it is necessary to reframe the relationship between student and teacher and student and student.

KEYWORDS: Students brasiguaios; Teaching practice; Preconception.

Introdução

As fronteiras não são mais distinguidas pela rigidez, tornando-se porosas, uma vez que as interações, trocas e conflitos existentes entre grupos sociais e produtos culturais diferentes geram formas diversas de trocas e recriações mútuas, resultando num hibridismo. Esses espaços estão em constante processo de desconstrução, por também se constituírem por fatos sociais que não são necessariamente fixos (NUNES, 2011).

Cada fronteira tem características permeadas pela sua característica cultural, relações sociais e econômicas próprias, resultado da convivência de pessoas com origem identitária diversas. A singularidade dos indivíduos possibilita constituir relações com características próprias nos espaços de convivência e, se tratando de contextos de educação escolar, observa-se uma tentativa, por parte das políticas de educação, de contemplar a diversidade existente neles. Assim, tem-se no sistema educativo brasileiro as disciplinas curriculares comuns e a parte diversificada que possibilita considerar as particularidades existentes em cada região.

Quando se trata, entretanto, de escolas brasileiras situadas em regiões de fronteiras, as especificidades e peculiaridades das crianças que convivem nesses espaços são mais notáveis devido às diferentes etnias e culturas, principalmente no que se refere ao idioma. Tal aspecto demanda uma prática educativa sensível a essa peculiaridade. O Programa de Escolas Bilíngues de Fronteira (PEBF), implantado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com os países de fronteiras, a exemplo do Paraguai e Uruguai, a partir do ano de 2005, e um dos instrumentos utilizados numa perspectiva da interculturalidade, numa tentativa de atender a diversidade que permeia esses contextos escolares.

Um dos elementos considerados na implantação do PEBF foi a classificação das cidades situadas na região de fronteira, sendo priorizadas as cidades-gêmeas. A área de fronteira é definida como uma faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional (BRASIL, 1988). As cidades-gêmeas estão em municípios cortados pela linha de fronteira, seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e da cidadania (BRASIL, 2014).

As cidades que apresentam população inferior a dois mil habitantes não são consideradas cidades-gêmeas (BRASIL, 2014). No Brasil são 588 municípios na faixa de fronteira, distribuídos em 11 Unidades da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina (MATO GROSSO DO SUL, 2012). Entre os municípios na faixa de fronteira no Mato Grosso do Sul está Ponta Porã que tem escolas incluídas no PEBF, com vistas na realidade educacional dessa localidade fronteiriça, o presente artigo tem o objetivo de descrever a inserção pedagógica de estudantes brasiguaios, oriundos da cidade de Pedro Juan Caballero-PY, nas escolas brasileiras em Ponta Porã-BR.

Para atender a esse objetivo realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o PEIF e as práticas pedagógicas realizadas em Ponta Porã-BR com estudantes brasiguaios. Os materiais encontrados possibilitaram a construção desse manuscrito que, sem aspiração de esgotar a temática em análise, problematiza o preconceito e a violência no contexto de escolas brasileiras contra estudantes brasiguaios, com vistas na seu desenvolvimento escolar através do paradigma da inclusão na e para diversidade na região fronteiriça.

Programa de Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF)

As fronteiras do Mato Grosso do Sul se estendem a Repúblicas do Paraguai e do Estado Plurinacional da Bolívia. Nesse estado, há seis cidades-gêmeas e uma cidade trigêmea que são Guaíra, Mundo Novo e Salto Del Guayra. Nas cidades-gêmeas do Mato Grosso do Sul é comum não existir posto de alfândega - fiscalização e policiamento - com a livre circulação de pessoas de um lado para o outro, sendo necessário apenas atravessar uma rua, avenida ou rio para mudar de país (PEREIRA, 2009).

Tal aspecto facilita o acesso de serviços entre brasileiros, paraguaios e bolivianos, assim como também os laços afetivos, os conflitos e tensões sociais. As relações desenvolvidas de cada lado da fronteira são caracterizadas por diferentes aspectos da vida, apresentando características únicas, especialmente pela diversidade nas relações e práticas sociais, culturais e políticas que remetem ao seu país de origem (NUNES, 2011).

A dinâmica fronteiriça nesse estado é marcada pelo alto grau de relação e permeabilidade de pessoas de nacionalidade paraguaia e boliviana, o que, consequentemente, implica em demandas diversas. Para além disso, observa-se que as cidades mato-grossenses localizadas na faixa de fronteira, em sua maioria estão numa situação mesoregional municipal de precariedade, ou extrema precariedade, ou de estagnação.

Em nível nacional e regional, iniciativas por parte das políticas públicas vêm sendo desenvolvidas com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nessas cidades, a exemplo do Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

É necessário que as escolas localizadas nessas regiões fronteiriças atendam estudantes reais, com respeito e incluídos em suas diferentes origens identitárias. Inclui-los no sentido amplo dessa palavra, que envolve o conviver com o diferente sem impor uma ou outra cultura como modelo apropriado ou superior. As pessoas dessas realidades sócio-históricas e culturais precisam de garantia do direito de viver na sua diferença, e ter a sua inserção social minimamente respeitada, independentemente de ser brasileiro, paraguaio, brasiguai, etc.

As peculiaridades das cidades fronteiriças impulsionaram a organização e implantação do Programa Escolas Bilíngues de Fronteira (PEBF), resultado da necessidade de desenvolver vínculos entre as escolas brasileiras localizadas na fronteira brasileira com as de outros países localizadas em cidades vizinhas. Esse programa é resultado, inicialmente, de investimento binacional argentino-brasileiro para a constituição de uma identidade regional bilíngue e intercultural. O intuito é contribuir com uma cultura de paz e de cooperação interfronteiriça.

Considerou-se como lugar privilegiado para o desenvolvimento do PEBF o sistema de cidades-gêmeas internacionais. Assim, o PEBF foi implantado em 2005 em duas escolas localizadas na Argentina (uma em Bernardo de Irigoyen/ Misiones e a outra em Paso de Los Libres/ Corrientes) e duas escolas brasileiras (uma em Dionísio Cerqueira/ Santa Catarina e outra em Uruguaiana/Rio Grande do Sul) (BRASIL; ARGENTINA, 2008).

O PEBF busca uma relação pessoal/profissional pautada na vivência entre o cotidiano escolar dos países envolvidos e a valorização dos conteúdos interculturais trabalhados nas escolas - estando para além do foco nacional, inserindo também os temas pertinentes à região - que é um dos elementos constituintes e que faz parte do cotidiano e da cultura das localidades fronteiriças. As práticas pedagógicas realizadas pelas escolas do PEBF envolvem a elaboração do plano político-pedagógico (PPP), suas rotinas e estratégias de trabalho que incluem o intercâmbio docente e a prática pedagógica ocorre no par de escolas-espelho (BRASIL; ARGENTINA, 2008).

A perspectiva teórico-metodológica adotada nas escolas do PEIF tem como base os projetos de aprendizagem, que são instrumentos para criação de cooperação interfronteiriça, de participação e integração cultural. Os projetos são gestados e organizados com vistas às particularidades locais, com possibilidade para realização

de projetos diferentes entre as escolas-espelho sem perder de vista a cooperação interfronteiriça, a interculturalidade e a interação entre os agentes educacionais e as comunidades educativas envolvidas.

No ano de 2012, o Ministério da Educação ratificou os acordos já firmados, incluindo o PEIF no Programa Mais Educação, estabelecendo como competência das Universidades a formação dos docentes que atuam no Programa (BRASIL, 2012). O PEIF, com vistas na superação dos desafios da região de fronteira, é permeado pelas ideias de inclusão na e para a diversidade e busca a superação da discriminação e a valorização cultural dos grupos dessas localidades. Além disso, observa-se uma prática educativa pautada na ética e no respeito das diferenças, independentemente de sua nacionalidade e origem, apontando caminhos em prol do desenvolvimento positivo de estudantes.

As características de escolas situadas nas fronteiras brasileiras incluem elementos de sua dinamicidade que não se restringem somente à vida escolar. As fronteiras são constituídas por práticas e interações sociais, políticas, econômicas e culturais que evocam conflitos e tensões próprias das pessoas que nelas vivem e que, portanto, não devem ser negadas ou desprezadas, mas sim analisadas a partir da lógica plural da sociedade contemporânea, assinaladas por práticas diversificadas decorrentes da diversidade humana (NUNES, 2011).

As relações de estudantes brasiguaios em Escolas Fronteiriças em Ponta Porã (MS)

A determinação de fronteira não se restringe à delimitação específica de “início” e “fim” de uma cultura, ou seja, as áreas fronteiriças têm possibilidade de representar locais de divergências culturais entre seus habitantes; também podem ser configuradas como locais de trocas interculturais que envolvem os consequentes hibridismos culturais. Assim, as fronteiras possuem grande complexidade analítica devido às relações e práticas sociais, políticas, culturais e econômicas que marcam a vida de seus moradores (NUNES, 2011) e que não está somente nas práticas informais, mas também no ambiente de educação sistemática, sendo comum em escolas brasileiras de regiões fronteiriças haver estudantes com origem identitária de outros países. Diante desse panorama, a comunidade escolar - em meio a essa riqueza cultural - vivencia os dilemas e os contributos. Assim, por um lado os professores têm a oportunidade de trocar experiências e de outro não estão preparados ou têm resistência para lidar, conviver e trabalhar na perspectiva da inclusão na e para a diversidade, exceto os das es-colas que estão inclusas no PEIF que têm um PPC permeado por essa perspectiva.

Nos contextos escolares de fronteira, observam-se variadas tarefas sociais, incluindo desde a preocupação com a problemática da identidade cultural (tradições, línguas) dos estudantes, mas principalmente a inquietação com a criação de meios para valorização e respeito entre todos, autóctones e migrantes, de maneira que, na sua essência, se contemple a pluralidade e a integração (PEREIRA, 2009). É com esse intuito que o estado de Mato Grosso do Sul aderiu ao PEIF, com a sua implantação na cidade de Ponta Porã-Brasil, cidade geminada a Pedro Juan Caballero-Paraguai desde 2009.

Ponta Porã está localizado na região Sul-Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, tem uma população estimada em 2015 de 86.717 pessoas. Na estrutura etária da população tem-se três grandes grupos: 11.605 jovens entre 0 a 14 anos; 23.609 adultos entre 15 a 59 anos; 3.278 idosos, a partir de 60 anos (IBGE, 2010). A partir desses dados observa-se um número considerável de jovens e adultos em idade escolar, aspecto que requer maiores investimentos em políticas públicas voltados para o desenvolvimento positivo dessa população.

Nessa perspectiva, o PEBF é um dos programas a nível nacional que visa a melhoria na educação da região de fronteira. De acordo com Assis (2016) no ano de 2014 foram oito cidades participantes do PEBF no estado de Mato grosso do Sul, incluindo Ponta Porã (Quadro 1).

Quadro 1 – Cidades fronteiriças participantes do PEIF em Mato Grosso do SUL (2014).

Município	Classificação	Países Fronteiriços	Universidade Formadora
Amambaí	Linha de Fronteira	Paraguai	UFGD
Aral Moreira	Linha de Fronteira	Paraguai	UFGD
Bela Vista	Cidade-Gêmea	Paraguai	UFMS
Coronel Sapucaia	Linha de Fronteira	Paraguai	UFGD
Corumbá	Cidade-Gêmea	Bolívia	UFMS
Novo Mundo	Cidade-Gêmea	Paraguai	UFGD
Paranhos	Cidade-Gêmea	Paraguai	UFGD
Ponta Porã	Cidade-Gêmea	Paraguai	UFGD

Fonte: ASSIS, 2016

As cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero são exemplos de interação no que se refere a questões socioculturais e a estratégias de diferenciação e inserção entre os habitantes, com um elevado e constante fluxo de pessoas e de mercadorias, facilitado por sua conturbação. O cotidiano dessas cidades é caracterizado por várias relações que abrangem integração e separação, “apesar de constante contato, os moradores de ambas as cidades se veem submetidos a distintos poderes e cerceados pelos limites territoriais e jurídicos que caracterizam a jurisdição de cada país” (NASCIMENTO, 2014, p.116).

Um dos elementos possibilitadores da integração dos moradores dessas cidades são os espaços educativos. Observa-se os fluxos de estudantes brasileiros, sobretudo universitários para os cursos de medicina, transitando em Pedro Juan Caballero; e em contrapartida crianças, adolescentes e jovens paraguaios que estudam em escolas e universidades brasileiras.

Não observa-se de maneira abrangente o multiculturalismo aberto e interativo, proposto por Candau (2008, 2011), que acentua a interculturalidade como

adequada para a construção de sociedades democráticas e inclusivas, que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade. Há evidências de que essa interculturalidade não fluiu em massa no ensino, apesar do PEIF e de se ter um número significativo de estudantes de origem paraguaia matriculados nas escolas em Ponta Porã, conhecidos como brasiguaios.

A palavra brasiguaião assume concepções diferentes. Há elementos históricos relacionados com a migração de brasileiros para o Paraguai; assim, cronologicamente, a criação do termo data de 1985, numa reunião em Mundo Novo - MS sobre o retorno dos camponeses brasileiros para sua nação de origem. Na atualidade, a expressão brasiguaião tem estreita relação com o convívio na região de fronteira.

Na pesquisa de Nascimento (2014) os pedrojuaninos se reconhecem com brasiguaios devido a diferentes elementos, como o fato de fazer compras no Brasil, por casamentos com brasileiros, por morar na região de fronteira, ou pode “servir de instrumento discursivo que objetiva dar sentido e significado às relações socioculturais estabelecidas no cotidiano da vida prática” (NASCIMENTO, 2014, p.128). Nesse sentido, na presente discussão, o vocábulo será utilizado a partir de Dalinghaus (2009, p.51) que o utilizou “para o sujeito que já frequentou escolas do Paraguai e atualmente estuda em escola brasileira”, assim, como também para se referir a estudantes que moram em Pedro Juan Caballero e estudam no Brasil.

Os estudantes brasiguaios no contexto escolar brasileiro experienciam diversas referências identitárias nesses espaços; na maioria das vezes, usam o português e em algumas situações, para xingamentos e assuntos particulares, o guarani, como meio recorrente para confundir os professores e demais autoridades. Nas relações familiares falam o seu idioma de origem, nesse caso o espanhol e guarani (PEREIRA, 2009, p.60).

Notam-se preconceitos e discriminação em relação a esses estudantes, que são tratados de maneira diferenciada, incluindo as zombarias e as chacotas, como os apelidos que recebem de “chipa” (nome de um salgadinho parecido ao tradicional pão de queijo brasileiro) e “chipeiro” (o vendedor da chipa) (PEREIRA, 2009). Há evidências (DALINGHAUS, 2013; JOSGRILBERT; BOUFLEUR, 2012; MELO, STIVANELLO, S.M.P.SILVA, L.B. SILVA, 2016; NUNES, 2011; PEREIRA, 2009) dessas marcas de violência em escolas de Ponta Porã contra os estudantes brasiguaios.

O estudo de Pereira (2009) aponta a dificuldade da estudante, oriunda de Pedro Juan Caballero, reconhecer a vivência de atitudes discriminatórias. Em seu relato, observam-se negação dessas práticas: “preconceito assim não, mas tem aquelas brincadeiras de mau gosto: cala boca sua paraguaia. Isso acontecia desde pequena, agora parou um pouco. Mas acontecia sempre, e eu ficava brava, brava. Eu tinha vergonha” (PEREIRA, 2009, p.60).

Esses elementos discriminatórios podem influenciar o autoconceito e desencadear “dificuldades em relação à sua identidade étnica, ou melhor, ao peso do estigma étnico, que colabora para que ela estabeleça um distanciamento do grupo” (PEREIRA, 2009, p.60).

Nessa perspectiva o estudo de Dalinghaus (2013) de cunho etnográfico, realizado numa escola pública de Ponta Porã, MS, com contatos informais, entrevistas e observações de aulas demonstrou que as falas da professora e dos seus estudantes revelaram conflitos influenciadores da constituição da identidade linguística. Segundo essa pesquisadora, a heterogeneidade encontra-se presente, a começar pelas línguas em contato/conflito: além do português, do espanhol e do guarani, empregam-se também dois falares inerentes da fronteira: o portunhol, uma mistura do português e espanhol e o jopará, resultado do guarani e espanhol. Os estudantes oriundos do Paraguai valorizam o português, mesmo tendo dificuldade de usá-lo adequadamente, sendo que às vezes, o misturam com o espanhol e com o guarani (DALINGHAUS, 2013).

Na análise da inserção da disciplina Geografia no contexto de fronteira, Nunes (2011) realizou uma pesquisa com quatorze professores atuantes em seis escolas de Ponta Porã (MS). As escolas têm uma característica em comum, estarem localizadas paralelas à linha do limite internacional entre Brasil e Paraguai, o que facilita os deslocamentos na fronteira. O objetivo principal desse estudo foi analisar em que medida a Geografia como disciplina escolar tem considerado (ou não) a diversidade cultural presente nas escolas fronteiriças para trabalhar seus conteúdos, principalmente os que abrangem mais diretamente os conceitos de fronteira, lugar e território, a partir de concepções e práticas dos professores.

Os resultados apontaram para uma prática em sala de aula hegemonicamente padronizada, com a reprodução da visão e do discurso dos centros detentores do poder econômico e intelectual. Assim, os estudantes devem estudar os mesmos conteúdos, o que de alguma maneira não valoriza os elementos e especificidades do local. Nas escolas pesquisadas ainda predomina a compreensão da realidade como universal e única, adotando como base um saber formal e abstrato, distante do estudante (NUNES, 2011). Na perspectiva dos professores de Geografia, os estudantes de origem paraguaia em escolas brasileiras devem se adequar à escola, ou seja, as especificidades sociais e culturais que estão na base de sua formação identitária são negadas ou desvalorizadas no contexto educativo. Além disso, observou-se que, em sua maioria, os professores compreendem o sujeito paraguaio como inferior, assim negando a sua existência, o que poderá acarretar consequências para o processo de ensino/aprendizagem (NUNES, 2011).

Com vistas nas complexidades culturais e educacionais vivenciadas por alunos oriundos da República do Paraguai que ingressaram na rede de ensino brasileira na cidade de Ponta Porã Melo, Stivanello, S.M.P. Silva e L.B. Silva (2016) realizaram um estudo com estudantes de turmas de aceleração nível I correspondentes aos 6º e 7º anos regulares, e nível II, que correspondem aos 8º e 9º anos. Devido à sua posição geográfica, a escola de Ensino Fundamental I está inserida no PEIF, sendo o modelo metodológico adotado qualitativo-interpretativo e etnográfico (MELO, STIVANELLO, S.M.P. SILVA, L.B. SILVA, 2016). Nessa escola os estudantes denominados “brasiguaios” são discriminados por sua nacionalidade; a maioria procura não falar a sua língua materna, especialmente o tupi-guarani, por várias razões, abrangendo o receio de serem reconhecidos como paraguaios (MELO, STIVANELLO, S.M.P. SILVA, L.B. SILVA, 2016). Além disso, há evidências de um preconceito maior em relação à língua guarani (DALINGHAUS, 2013).

Por outro lado, a pesquisa de Ramos (2014) apontou, mesmo que de maneira tímida, um fazer pedagógico entre os professores da disciplina Educação Física sensível às diferenças. Nesse estudo de campo, a pesquisadora recorreu a entrevistas semiestruturadas com professores de Ponta Porã/Brasil e Pedro Juan Caballero/Paraguai, sugerindo que professores têm dificuldade para trabalhar no contexto de fronteira e seu consequente multiculturalismo, sendo que isso tem relação com pré-conceitos relacionados a determinados grupos, onde existe sempre a relação de dominantes e dominados. O estudo sugeriu, entretanto, que há, entre os participantes da pesquisa, um comprometimento com a sua prática pedagógica, incluindo a valorização dos brasiguaios e o intuito de possibilitar o desenvolvimento positivo desses estudantes, o que aponta para uma fase embrionário do respeito à diversidade cultural nesse espaço (RAMOS 2014).

Nessa perspectiva de compromisso profissional da prática docente, Dalínghaus (2009) estudou os processos de aprendizagem de quatro alunos brasiguaios numa escola pública de fronteira brasileira que atende mais de 90% de estudantes oriundos do Paraguai, localizada em Ponta Porã, MS. Os instrumentos utilizados foram as provas de classificação, avaliações em língua portuguesa, documentos, diário de campo e entrevistas com os sujeitos da pesquisa. A pesquisa sugeriu que a realidade bilíngue de professores de português potencializa o desempenho dos estudantes incluídos na pesquisa. Assim, há necessidade de políticas linguísticas e educacionais que possam abranger a complexidade das escolas fronteiriças, embora existam alguns avanços no ensino de estudantes bilíngues (DALINGHAUS, 2009).

Os estudantes paraguaios ou brasiguaios não têm liberdade de serem eles mesmos e algumas vezes usam a sua língua materna para evidenciar a sua insatisfação. Assim, as posturas adotadas no contexto escolar, de certa maneira, evitam e comprometem o intercâmbio cultural (DALINGHAUS, 2013). É rotineiro a omissão de sua origem ou descendência paraguaia em circunstâncias em que seu país de origem esteja sendo mencionado de maneira depreciativa ou pejorativa; contudo, nas situações positivadas eles demonstram orgulho de sua origem cultural paraguaia (MELO, STIVANELLO, S.M.P.SILVA, L.B. SILVA, 2016).

Há o engrandecimento em torno da língua portuguesa que, inclusive, passa as relações no contexto familiar. Assim, a família difunde a ideia desse idioma como ascensão social, “vendo no aprendizado da língua portuguesa uma perspectiva de um futuro promissor e o acesso a melhores condições de estudos no Brasil” (MELO, STIVANELLO, S.M.P.SILVA, L.B. SILVA, 2016, p.8), ou porque “julgam que a escola brasileira seja melhor” (RAMOS, 2014, p.128). Os familiares também são influenciados pela inserção da criança na escola brasileira através da aprendizagem do português, conforme sustenta o relato do estudante: “o que mais falamos era espanhol e quando eu entrei na escola toda a minha família fala português agora” (MELO, STIVANELLO, S.M.P.SILVA, L.B. SILVA, 2016, p.8).

Educação fronteiriça, inclusão e diversidade em Ponta Porã

Observa-se os esforços empreendidos no sentido de contribuir para uma educação inclusiva para e na diversidade da fronteira Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY) incluindo professores de Educação Física, professor bilíngue de Língua Portuguesa e o curso para formação de professores - Pedagogia - que funcionam na cidade de Ponta Porã. Segundo Josgrilbert e Bouffleur, (2012) o curso de Pedagogia da Associação de Ensino Superior Pontaporanense, da Faculdade Magsul que é sensível a formação de educadores para trabalhar as demandas na região de fronteira, voltada à multiculturalidade (JOSGRILBERT; BOUFLEUR, 2012).

Além disso, observam-se esforços por parte de profissionais para promover o intercâmbio entre os estudantes brasileiros e paraguaios, a exemplo do projeto, “dois países, uma só cultura” com vistas no desenvolvimento da consciência do educando sobre o seu valor cultural e o respeitando as diferenças (DALINGHAUS, 2013). No contexto educativo de Ponta Porã há mecanismos voltados para superação de preconceitos nas escolas, mas é preciso avançar na busca por maior envolvimento de outros setores da sociedade, incluindo família, política e pesquisadores que podem e devem contribuir para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade (MELO, STIVANELLO, S.M.P. SILVA, L.B. SILVA, 2016). É necessário um olhar, talvez mais radical, e práticas pedagógicas pautadas nos pressupostos teórico-metodológicos da educação inclusiva.

As suposições sustentadas pelos órgãos oficiais brasileiros, dentre eles o Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Direitos Humanos, e até mesmo a extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECA-DI), de maneira ampla, apontam caminhos que possibilitam o desenvolvimento positivo de estudantes brasiguaios nas escolas brasileiras localizadas em Ponta Porã. A inclusão implica o respeito e a valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação com vistas na garantia dos direitos humanos.

A partir dessa perspectiva é possível sugerir que as escolas de Ponta Porã, apesar dos esforços empreendidos, ainda não são espaços inclusivos. Ao contrário, percebem-se elementos de exclusão e violência, tanto por parte de profissionais quanto dos estudantes brasileiros. Na análise descritiva dos dados da educação de Ponta Porã, observa-se o registro de 471 matrículas na educação especial que - de acordo com essa categoria - abrange as escolas especiais, classes especiais e incluídos (INEP, 2015). Possivelmente, esses dados não incluem os estudantes denominados brasiguaios, que diante das pesquisas sumariadas precisam de um olhar e prática pedagógica pautados nos pre-ceitos da educação inclusiva.

Em Ponta Porã os estudantes de educação especial abrangem: Educação Infantil em que foram registradas 8 matrículas; 295 nos primeiros Anos Iniciais; 117 nos Anos Finais; 31 no ensino Mé-dio; e 20 na Educação de Jovens e Adultos (INEP, 2015). Em síntese é possível sugerir que os estudantes de origem identitária diferente da brasileira, incluindo os paraguaios e os brasiguaios não são vistos a partir do prisma de inclusão na e para a diversidade, tanto em termos quantitativo quanto na qualitativa que envolve as práticas presentes no cotidiano das escolas.

Destarte, considerando os pressupostos da Declaração de Salamanca (1996), que sustenta a ideia de educação para todos, independentemente das características físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, étnicas ou culturais dos estudantes, verifica-se que as escolas da região fronteira têm o grande desafio de incluir de fato os brasiguaios, aspecto que envolve a ressignificação das relações constituídas nos contextos educativos evidenciados nas pesquisas.

Considerações finais

A exclusão e violência permeiam a educação na região de fronteira, incluindo escolas de Ponta Porã que precisam de um olhar sensível com vistas na prática pedagógica inclusiva. Observa-se ações de exclusão e preconceito no contexto escolar, tanto por parte de profissionais quanto de estudantes brasileiros direcionados aos brasiguaios, assim as escolas têm o desafio de incluí-lo, para isso é preciso ressignificar as relações entre estudante e professor e estudante e estudante. A escola é um espaço de participação, mas sobretudo de interações e de diálogos que influenciam as diferentes pessoas que transitam por ele.

As interações no contexto escolar são recíprocas, ou seja, professor e estudantes moldam-se, mudam nesses contextos ao mesmo tempo em que provocam mudanças no meio, havendo processos recíprocos com mútuas interações e direções, com possibilidade de influenciar a cultura, a família e a comunidade. Sendo assim, é necessário um maior investimento na formação continuada de professores com vistas a mudanças no seu contexto proximal e nos processos que interfiram na reconfiguração das ideias históricas e culturais que atravessam os estudantes brasiguaios. Tais investimentos contribuirão para o estabelecimento de uma nova prática pedagógica e a constituição de um ambiente escolar mais propício ao desenvolvimento positivo dos estudantes, independentemente de sua origem étnica.

Nesse sentido, é importante um trabalho que envolva diretamente os estudantes brasiguaios e brasileiros visando ressignificar ideias inferiorizadas e estabelecidas nas escolas. Através de interações com objetos símbolos e significados positivos é possível vislumbrar interações ou interrelações e representações que vão de encontro às práticas discriminatórias, a menos valia e inferioridade de brasiguaios no contexto escolar.

Apesar das pesquisas (DALINGHAUS, 2013; JOSGRILBERT; BOUFLEUR, 2012; MELO, STIVANELLO, S.M.P.SILVA, L.B. SILVA, 2016; NUNES, 2011; PEREIRA, 2009) terem apontado relações perpassadas por violência, em escolas de Ponta Porã, envolvendo professores e estudantes, contra os estudantes brasiguaios é importante cautela na generalização desses resultados. As questões metodológicas desses estudos não abarcam um número representativo de escolas e estudantes, mas esse aspecto não diminui a importância delas na análise de práticas educativas no contexto da região de fronteira.

Diante da lacuna de estudos que incluam um número maior de estudantes brasiguaios, brasileiros (incluindo estudantes da primeira fase dos Anos Iniciais) e de

professores que desenvolvem sua práxis com eles, aponta-se como importante o delineamento de pesquisa sensível a essa demanda. Além disso, estudos com vistas à implantação de programas interventivos nas escolas de fronteiras poderão contribuir para o desenvolvimento positivo das pessoas que convivem e transitam nesses contextos. Assim, como também as pesquisas de caráter avaliativo das escolas incluídas no PEIF ou PEBF poderão contribuir com melhorias na prática pedagógica.

Referências

ASSIS, Jacira Helena do Valle Pereira. Veias abertas nas fronteiras internacionais do Brasil: percalços na efetivação da educação como um direito universal. **International Studies on Law and Education** 22 jan-abr 2016, CEMOrOc-Feusp / IJI-Univ. do Porto. Disponível em: <<http://hottopos.com/isle22/83-94Jacira.pdf>>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

BIANCHEZZI, Clarice; MACHIAVELLI, Dayani Machado; BERTUZZI, Leandra Luisa; KOPHAL, Maria Seloir Ceolin. A construção e a prática do programa bilíngue em região de fronteira internacional Brasil-Argentina. **Cadernos do CEOM** - Ano 25, n. 37, 2012. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1428>> Acesso em: 05 de maio de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Portaria No- 125, de 21 de março de 2014**. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014>>. Acesso em: 15 de março de 2016.

BRASIL. Institui o Programa Escolas Interculturais de Fronteira, que visa a promover a integração regional por meio da educação intercultural e bilíngue. **Portaria No- 798, de 19 de junho de 2012**. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/port_798_19062012.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2016.

BRASIL. **Resultados Finais do Censo Escolar 2014**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 1 de abril de 2016.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Regional PDR-MS 2030** (Documento Síntese) MS, 2009. Disponível em: <http://www.sejusp.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/03/plano_de_desenvolvimento_regional_de_ms_2030.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2016.

BRASIL; ARGENTINA. Escolas de Fronteira. Programa Escolas Bilíngues de Fronteira (PEBF). **Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología**, Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc_final.pdf> Acesso em: 03 de março de 2016.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n. 2, pp. 240-255, Jul/Dez 2011. Disponível em: <http://www.gecec.pro.br/downloads/01_Diferencas_Corisiano_Praticas_pedag.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2016.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria Ferrão (Orgs.). **Multiculturalismo Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CAÑETE, Greici Lenir Reginatto; KERSCH, Dorotea Frank. Representações Sociais de Envolvidos na Implementação do PEIBF – Um Exemplo do Rio Grande do Sul. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 13 (1), 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/7140>>. Acesso em: 2 de março de 2016.

DALINGHAUS, Ione Vier. **Alunos brasiguaios em escola de fronteira Brasil/Paraguai: um estudo linguístico sobre aprendizagem do português em Ponta Porã**, MS. 164 p. Dissertação (Mestrado em Letras, Linguagem e Sociedade) – Unioeste, Cascavel, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=140320> Acesso em: 1 de abril de 2016.

DALINGHAUS, Ione Vier. Cultura, hibridismo e ensino-aprendizagem em contexto fronteiro. **Cadernos de Pós Graduação em Letras** (Online), v. 13, p. 01-14, 2013. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/26891.html>> Acesso em: 10 de abril de 2016.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Procedimentos-padrão das Nações Unidas para a Igualização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências**. Resolução das Nações Unidas adotada em assembleia geral, Espanha, 1996.

ESCOLA MUNICIPAL RAMIRO NORONHA. **Projeto “Dois Países, Uma Só Cultura”**. Ponta Porã, MS, 2008. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/projeto-dois-paises-uma-so-cultura.html>> Acesso em: 1 de junho de 2016.

IBGE. **Informações sobre os municípios brasileiros**. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500660&search=mato-grosso-do-sul|ponta-pora>>. Acesso em 09 de julho de 2016.

INEP. **Resultados e Resumos**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Resultados finais do Censo Escolar (redes estaduais e municipais) - Anexo I e II . Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos> Acesso em: 1 de abril de 2016.

JOSGRILBERT, Maria de Fátima Viegas; BOUFLEUR, Emne Mourad. A ação docente na fronteira entre dois países frente a multiculturalidade: diversidade e diferença culturais na perspectiva do processo civilizatório. In: XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores: 'Civilização, fronteiras e diversidade' e IV Seminário do Grupo de pesquisa 'Educação e Processo Civilizados', 2012. **Anais...** Dourados - MS. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao_Oral/Tabalhos_Completos/Emne_e_Maria_de_Fatima.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao_Oral/Trabalhos_Completos/Emne_e_Maria_de_Fatima.pdf)>. Acesso em: 1 de abril de 2016.

MAGSUL. Curso de Pedagogia. **Associação de Ensino Superior Pontaporanense**, 2016. Disponível em: <http://magsul-ms.com.br/faculdade/?page_id=180>. Acesso em: 1 de julho de 2016.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira/MS**, 2012. Disponível em: <http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/03/plano_desenvolvimento_e_integracao%20da_faixa_de_frenteira.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2016.

MELO, Sílvia Mara de; STIVANELLO, Adriana; SILVA, Sandra Maria Portilho da; SILVA, Luzia Bernardes da. Relações conflituosas no ensino em região de fronteira. **Interletras**, v. 5, n. 23, Março/Setembro, 2016. Disponível em: <<http://www.unigran.br/interletras/conteudo/artigos/21.pdf>> Acesso em: 20 de jun. de 2016.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do. Fronteiroço, Brasileiro, Paraguaio ou Brasiguai? Denominações Indenitárias na Fronteira na Fronteira Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR). **ILHA**, v. 16, n. 1, p. 105-137, jan./jul. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2014v16n1p105>> Acesso em: 20 de jun. de 2016.

NUNES, Flaviana Gasparotti. Projetos de formação escolar Para escolas em áreas de fronteira. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 205-216, out. 2011. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/156>> Acesso em: 15 de maio de 2016.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. Diversidade cultural nas escolas de fronteiras internacionais: o caso de Mato Grosso do Sul. **Revista Múltiplas Leituras**, v.2, n. 1, p. 51-63, jan. / jun. 2009. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/327/325>>. Acesso em: 2 de março de 2016.

Maria Luzia da Silva Santana

RAMOS, Wanessa Pucciariello. Educação Física no Ensino Fundamental na Fronteira Brasil/Paraguai: Representações e Identidades de Professores para atuar na Diversidade Cultural. Campo Grande, 2014, 150 f. Dissertação de Mestrado em educação. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande – MS, 2014. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/15367-wanessa-pucciarelo-correta.pdf>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

* Doutoranda e Mestra em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Correspondência

Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Rua Itibiré Vieira, s/n – Residencial Julia Oliveira Cardinal, BR 463 – Km 4,5,. CEP: 79907-414. Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, Brasil.

E-mail: santanapsi@gmail.com

Recebido em 30 de julho de 2016

Aprovado em 02 de janeiro de 2018